

Carta de Advocacy

A Rede Latino-Americana de Educação Rural, Comunidade de Prática para o Desenvolvimento Integral e Educação Intercultural reúne organizações sociais da Colômbia, Peru e Brasil interessadas em melhorar a qualidade da educação de meninas, meninos e adolescentes em escolas e comunidades rurais. Neste sentido e com base na experiência no meio rural, a Comunidade de Prática partilha um conjunto de recomendações que considera que devem fazer parte da agenda pública e do orçamento da região. Certos de que a educação de qualidade para todos contribui para o desenvolvimento integral da pessoa e o exercício da cidadania plena, e estes, por sua vez, marcam o desenvolvimento, a criatividade, a inovação, e o progresso de um país, recomendamos:

- ✓ **Reconhecer a educação como um direito fundamental de todos**, que contribui diretamente para o desenvolvimento e transformação dos indivíduos e das sociedades. A educação integral, de qualidade, relevante e inclusiva é o caminho para superar as iniquidades e dar oportunidades aos estudantes das cidades e do campo, mas especialmente aos dos territórios em maior situação de vulnerabilidade, historicamente excluídos e marginalizados;

- ✓ **Corrigir a desigualdade histórica entre áreas rurais e urbanas na educação infantil e básica**. Isso significa que ainda são necessários grandes esforços para aumentar a cobertura nas áreas rurais ou de comunidades afastadas. A pandemia expôs lacunas históricas. A COVID-19 e o consequente fechamento de escolas em nossos países afetaram o aprendizado, a continuidade na escola e o bem-estar emocional para a convivência de professores e estudantes em todo o mundo. Na América Latina, a pandemia aumentou as desigualdades existentes para a população escolar nas áreas rurais. A falta de conectividade, serviços básicos e acesso ao território inviabilizou a educação à distância. A ausência de políticas diferenciadas de acordo com as características do território, a desigualdade na distribuição orçamentária, a falta de atenção à Amazônia, a necessidade de melhorias da formação inicial e continuada, remuneração e reconhecimento dos professores que atuam no campo, a falta de calendários escolares alternativos, entre outros, afetam o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica, bem como a realização da aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades sociais como respeito e empatia;

- ✓ **Garantir atenção integral à primeira infância**, pois é o período mais importante para o desenvolvimento integral de meninas e meninos. Assim, a ampliação da cobertura na educação infantil é fundamental, principalmente nas áreas rurais onde as lacunas são maiores;

- ✓ **Impulsionar estratégias de acesso e permanência pertinentes para os diversos territórios**, a partir da garantia de condições de bem-estar como o transporte escolar, inclusive para os territórios de difícil mobilidade; programas de alimentação escolar com adequado acompanhamento nutricional, de saberes

e culturas alimentares dos distintos contextos, privilegiando produção regional e comunitária; e estratégias de busca das crianças que têm abandonado a escola, em especial após a pandemia, promovendo e estimulando seu retorno à escola;

- ✓ **Fortalecer a formação integral em todos os níveis educacionais**, oferecendo uma educação com abordagens diferenciadas (étnica, racial intercultural, de gênero), onde os saberes ancestrais, as artes, o esporte sejam parte da prática docente. Nos países atingidos pelo conflito armado ou suas consequências e diferentes formas de violência é fundamental aprofundar a educação para a paz e a memória histórica, enfatizando a educação para a cidadania, reconciliação e convivência a partir de um ambiente emocional saudável;
- ✓ **Fortalecer o ensino médio vinculado ao ensino superior**, que reconheça as características dos territórios e contribua para a consolidação de projetos produtivos, culturais e de vida de seus estudantes. Nesse sentido, tornam-se importantes as alianças e convênios com programas sociais, autoridades locais e setor privado de acordo com os contextos, em universidades, institutos e centros ocupacionais de formação técnica;
- ✓ **Reconhecer e valorizar os professores**, como sujeitos que contribuem com seus conhecimentos e experiências para a educação de meninas, meninos e jovens, para a transformação dos sujeitos, das comunidades e da sociedade. Todas as instituições de ensino devem contar com um corpo docente completo, qualificado, pertinente, com garantias trabalhistas, dotado de condições adequadas para seu trabalho, formação inicial e continuada, e programas para seu bem-estar, saúde física e mental. É necessário que as políticas e concursos de articulação e formação de professores indígenas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais sejam especialmente cuidadosos;
- ✓ **Garantir condições de infraestrutura adequadas e aumentar a dotação orçamentária** para instituições de ensino, incluindo aquelas voltadas para a primeira infância, que devem ter móveis e materiais didáticos, além de acesso à tecnologia e conectividade. É urgente dar prioridade às regiões de maior exclusão social e territórios rurais; movimentar a economia local através da participação da comunidade em obras de adaptação e melhoria; dar respostas oportunas e fortalecer a relação entre a escola e a comunidade;
- ✓ **Fortalecer as capacidades institucionais e de gestão do sistema educativo**. O Ministério da Educação, os órgãos de educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) e as instituições de ensino devem assumir verdadeiramente a participação e uma abordagem territorial com um sistema mais horizontal, intersetorial, multidirecional e descentralizado, alimentado pelo conhecimento local e pelos processos de gestão comunitária e social. Além de reconhecer que o sistema precisa de recursos adequados e organizações pertinentes que tornem visíveis as prioridades da educação rural e étnica e da educação inclusiva;

- ✓ **Abordar as lacunas na educação rural**, especialmente a educação intercultural bilíngue, escolas multisseriadas com um único professor, o papel das comunidades tradicionais, educação comunitária, conectividade e currículo intercultural.

O esforço para garantir o direito à educação dos povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, camponeses e extrativistas na América Latina começa com a reafirmação das diversas ruralidades nos territórios. O reconhecimento de territorialidades, modos de produção, relações sociais e culturais que estruturam modos de vida, subjetividades, visões de mundo, formas de produção e reprodução é o primeiro passo para promover a educação de forma plural.

Nesse sentido, é essencial para a educação rural na América Latina, além das questões estruturais, compreender a existência de economias, políticas, culturas e ambientes diferentes dos espaços urbanos. Destacamos portanto a importância da diversidade para a ampliação do conhecimento e das condições de aprendizagem.

É nosso desejo, como organizações que realizam pesquisa, sistematização e assistência técnica para a melhoria da educação rural na América Latina, nos aproximar daqueles comprometidos com a educação intercultural e o desenvolvimento integral de meninas e meninos.

Com toda consideração,

PORTICUS

Brasil: FLACSO Brasil, CE-CEDAC (Comunidade Educativa CEDAC), CREI (Centro de Referências em Educação Integral).

Colômbia: EDUCAPAZ (Programa Nacional de Educación para la Paz), Fundación para la Reconciliación, CINEP (Centro de Investigación y Educación Popular), Aulas en Paz, Fe y Alegría, Fundación Escuela Nueva, Fundación Avina, Fundación Compartir, Pontificia Universidad Javeriana, Cali, RESPIRA en Colombia, Enseña por Colombia, MASTERPEACE Colombia, Universidad del Cauca, Centro de Memorias Étnicas, Universidad de La Salle.

Peru: UNESCO Perú, Ser Maestro, TAREA, CIPCA, Observatorio de la Educación Peruana, Enseña Perú.

PORTICUS

